

[Handwritten signature]



Demonstrações Financeiras Individuais

Exercício 2018

[Handwritten signatures]

Índice

Demonstrações financeiras individuais para o exercício findo em 31 de dezembro de 2018

- Balanço Individual em 31 de dezembro de 2018.....4
- Demonstração dos Resultados Individuais em 31 de dezembro de 2018.....5
- Demonstração dos Fluxos de Caixa Individuais em 31 de dezembro de 2018.....6
- Demonstração das Alterações no Capital Próprio Individuais em 31 de dezembro de 2018.....7
- Anexo
 - 1. Nota introdutória.....8
 - 2. Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras.....8
 - 3. Principais políticas contabilísticas9
 - 4. Activos fixos tangíveis..... 133
 - 5. Activos intangíveis 13
 - 6. Participações financeiras – outros métodos..... 14
 - 7. Clientes 14
 - 8. Estado e outros entes públicos 14
 - 9. Outros Créditos a Receber 14
 - 10. Diferimentos 14
 - 11. Caixa e depósitos bancários 15
 - 12. Capital subscrito 15
 - 13. Reserva legal e outras reservas 15
 - 14. Resultados transitados..... 15
 - 15. Outras variações no capital próprio..... 15
 - 16. Outras dívidas a pagar..... 16
 - 17. Fornecedores..... 16
 - 18. Vendas e prestações de serviços 16
 - 19. Subsídios à exploração..... 17
 - 20. Fornecimentos e serviços externos..... 17
 - 21. Gastos com o pessoal 177
 - 22. Outros rendimentos e ganhos..... 18
 - 23. Outros gastos e perdas 18
 - 24. Gastos/reversões de depreciação e de amortização 18
 - 25. Resultados financeiros 18
 - 26. Compromissos 199
 - 27. Eventos subsequentes..... 199
 - 28. Informações exigidas por diplomas legais 19

[Handwritten signatures and initials in blue ink]

[Handwritten signatures and initials in blue ink]

[Handwritten signature]
[Handwritten signature]
[Handwritten signature]

Demonstrações Financeiras Individuais
para o exercício findo em 31 de dezembro de 2018

[Handwritten signature]
[Handwritten signature]
[Handwritten signature]
[Handwritten signature]

Proruris - Empresa Municipal de Desenvolvimento Rural, EM

Balço Individual em 31 de Dezembro de 2018

(Valores expressos em euros)

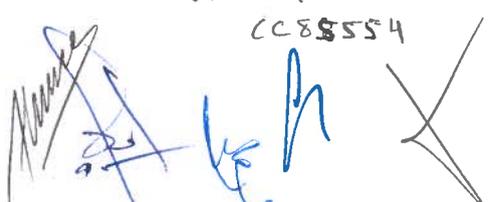
	Notas	31.Dez.18	31.Dez.17
Activo			
Activos fixos tangíveis	4	24 634,68	25 781,61
Activos intangíveis	5	-	130,03
Outros Investimentos Financeiros	6	882,81	440,79
Total dos Activos Não Correntes		<u>25 517,49</u>	<u>26 352,43</u>
Clientes	7	22 280,84	32 620,65
Estado e outros entes públicos	8	787,23	1 844,73
Outros Créditos a Receber	9	117 653,09	92 345,61
Diferimentos	10	7 426,78	4 273,93
Caixa e depósitos bancários	11	20 292,14	24 898,49
Total dos Activos Correntes		<u>168 440,08</u>	<u>155 983,41</u>
		<u>193 957,57</u>	<u>182 335,84</u>
Capitais Próprios			
Capital Subscrito	12	50 000,00	50 000,00
Reservas legais	13	2 866,81	2 866,81
Outras reservas	13	27 290,09	27 290,09
Resultados transitados	14	21 104,74	24 522,96
Ajustamentos / Outras Variações no Capital Proprio	15	(6 876,80)	(6 876,80)
Resultado líquido do período		<u>1 574,74</u>	<u>507,68</u>
Total dos Capitais Próprios		<u>95 959,58</u>	<u>98 310,74</u>
Passivo			
Total dos Passivos Não Correntes		<u>-</u>	<u>-</u>
Fornecedores	17	12 841,09	20 162,64
Estado e outros entes públicos	8	17 761,76	17 376,00
Outras Dívidas a pagar	16	47 014,90	46 486,46
Diferimentos	10	20 380,24	-
Total dos Passivos Correntes		<u>97 997,99</u>	<u>84 025,10</u>
Total do Passivo		<u>97 997,99</u>	<u>84 025,10</u>
		<u>193 957,57</u>	<u>182 335,84</u>

Para ser lido com as notas anexas às demonstrações financeiras

Vinhais, 4 de Março de 2019

O CONTABILISTA CERTIFICADO

Victor Manuel Duarte
CC85554



A ADMINISTRAÇÃO

Márcia do Rosário Grande Canado
Administradora

Proruris - Empresa Municipal de Desenvolvimento Rural, EM

**Demonstração dos Resultados Individuais
Exercício findo em 31 de Dezembro de 2018**

(Valores expressos em euros)

	Notas	31.Dez.18	31.Dez.17
Vendas e Serviços Prestados	18	379 442,28	392 520,42
Subsídios à exploração	19	270 000,00	270 000,00
Fornecimentos e serviços externos	20	(199 600,34)	(262 787,09)
Gastos com o pessoal	21	(449 165,26)	(396 477,41)
Outros rendimentos	22	11 300,03	6 542,70
Outros gastos	23, 25	(2 691,43)	(2 089,97)
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		9 285,28	7 708,65
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	24	(5 952,96)	(5 363,45)
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		3 332,32	2 345,20
Juros e gastos similares suportados	25	(36,07)	-
Resultado antes de impostos		3 296,25	2 345,20
Imposto sobre o rendimento do período		(1 721,51)	(1 837,52)
Resultado líquido do período		1 574,74	507,68

Para ser lido com as notas anexas às demonstrações financeiras

Vinhais, 4 de Março de 2019

O CONTABILISTA CERTIFICADO

Victor Manuel Simões
CC 85554

A ADMINISTRAÇÃO

Luís Daniel Pereira
Márcia do Rosário Miranda Canache
Apresenta

[Handwritten signatures and initials]

Proruris - Empresa Municipal de Desenvolvimento Rural, EM

**Demonstração dos Fluxos de Caixa Individuais
Exercício findo em 31 de Dezembro de 2018**

(Valores expressos em euros)

	<u>Notas</u>	<u>31.Dez.18</u>	<u>31.Dez.17</u>
Fluxos de Caixa das Actividades Operacionais			
Recebimentos de clientes		427 489,75	445 333,04
Pagamentos a fornecedores		(231 407,43)	(258 541,04)
Pagamentos ao pessoal		(347 574,17)	(242 344,94)
Caixa gerada pelas operações		<u>(151 491,85)</u>	<u>(55 552,94)</u>
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento		390,00	(663,01)
Outros recebimentos/pagamentos		152 283,05	29 637,99
Fluxos de Caixa das Actividades Operacionais (1)		<u>1 181,20</u>	<u>(26 577,96)</u>
Fluxos de Caixa das Actividades de Investimento			
Pagamentos respeitantes a:			
Activos fixos tangíveis		(5 751,48)	(990,00)
Investimentos financeiros		-	(64,57)
		<u>(5 751,48)</u>	<u>(1 054,57)</u>
Recebimentos provenientes de:			
Fluxos de Caixa das Actividades de Investimento (2)		<u>(5 751,48)</u>	<u>(1 054,57)</u>
Pagamentos respeitantes a:			
Juros e gastos similares		(36,07)	-
		<u>(36,07)</u>	<u>-</u>
Fluxos de Caixa das Actividades de Financiamento (3)		<u>(36,07)</u>	<u>-</u>
Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)		<u>(4 606,35)</u>	<u>(27 632,53)</u>
Caixa e seus equivalentes no início do período		<u>24 898,49</u>	<u>52 531,02</u>
Caixa e seus equivalentes no fim do período	11	<u>20 292,14</u>	<u>24 898,49</u>

Para ser lido com as notas anexas às demonstrações financeiras

Vinhais, 4 de Março de 2019

O CONTABILISTA CERTIFICADO

Sicco Manuel Ruivent
CC 85554

A ADMINISTRAÇÃO



Handwritten signatures in blue ink, including the name 'Márcio do Rosário Miranda Casado' and other illegible names.

(Valores expressos em euros)

		Capital Próprio atribuído aos detentores do capital					Resultado líquido do exercício		Total do capital próprio
Capital realizado	Reservas legais	Outras reservas	Resultados transitados	Outras variações no capital próprio					
Posição no Início do Período 2018									
Outras alterações reconhecidas no capital próprio									
capital próprio									
Notas									
50 000,00	2 856,07	27 290,09	24 522,96	(6 876,80)	507,68	98 300,00			
-	-	-	(3 418,22)	-	(507,68)	(3 925,90)			
-	-	-	(3 418,22)	-	(507,68)	(3 925,90)			
							1 574,74	1 574,74	
							1 067,06	(2 351,16)	
							1 574,74	95 948,84	
Resultado Líquido do Período									
Resultado Integral									
Posição no Fim do Período 2018									
12,13,14,15									
50 000,00	2 856,07	27 290,09	21 104,74	(6 876,80)	507,68	97 803,06			

Capital Próprio atribuído aos detentores do capital

		Capital realizado	Reservas legais	Outras reservas	Resultados transitados	Outras variações no capital próprio	Resultado líquido do exercício	Total do capital próprio
Posição no Início do Período 2017								
Outras alterações reconhecidas no capital próprio								
capital próprio								
Notas								
50 000,00	2 856,07	27 290,09	24 318,95	(6 876,80)	214,75	97 803,06		
-	10,74	-	204,01	-	(214,75)	-		
-	10,74	-	204,01	-	(214,75)	-		
							507,68	507,68
							292,93	507,68
Resultado Integral								
Posição no Fim do Período 2017								
12,13,14,15								
50 000,00	2 866,81	27 290,09	24 572,96	(6 876,80)	507,68	98 310,74		

Para ser lido com as notas anexas as demonstrações financeiras

Vinhais, 4 de Março de 2019

O CONTABILISTA CERTIFICADO

Victor Manuel Pinheiro

CC 85554

A ADMINISTRAÇÃO

[Handwritten signatures and stamps]



Proruris – Empresa Municipal Desenvolvimento Rural, EEM

Anexo para o exercício findo em 31 de dezembro de 2018

(Valores expressos em euros)

1. Nota introdutória

A empresa Proruris – Empresa Municipal de Desenvolvimento Rural de Vinhais, EM, NIF 507 643 720, é uma empresa municipal de capitais públicos que goza de personalidade jurídica e é dotada de autonomia administrativa, financeira e patrimonial, constituída em 2007, tendo sede em Rua da Casa do Povo, Largo do Toural, 5320 – 311 Vinhais, exercendo a atividade de serviços de consultoria na área rural, bem como todo o tipo de apoio ao desenvolvimento rural do concelho, formação profissional, gestão de parques temáticos e apoio ao turismo. Encontra-se registada na Conservatória do Registo Comercial de Vinhais, sob a Matricula n.º 507 643 720 com Capital estatutário de cinquenta mil euros.

2. Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras

a) Referencial Contabilístico

Em 2018 as demonstrações financeiras da PRORURIS foram preparadas de acordo com o referencial do Sistema Normalização Contabilística (SNC) publicado no Decreto Lei 98/2015 de 2 de junho, que integra as Normas Contabilísticas de Relato Financeiro (NCRF), adaptadas pela Comissão de Normalização Contabilística (CNC) a partir das Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS – anteriormente designadas por normas internacionais de contabilidade) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) e adotadas pela União Europeia (EU).

A adoção das Normas Contabilísticas de Relato Financeiro (NCRF) ocorreu pela primeira vez em 2010, pelo que a data de transição do referencial contabilístico POC para este normativo é 1 de janeiro de 2009, tal como estabelecido pela NCRF 3 – Adoção pela primeira vez das Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro.

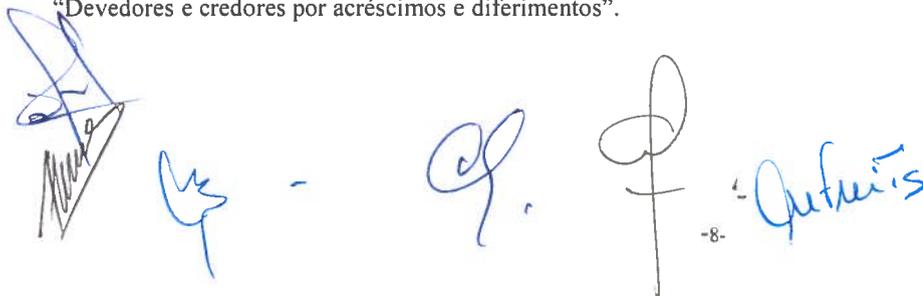
Nos termos dessa norma, os efeitos reportados à data de transição para as NCRF (1 de janeiro de 2009) foram registados em capitais próprios.

b) Pressuposto da continuidade

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros e registos contabilísticos da Empresa, mantidos de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal.

c) Regime do acréscimo

A Empresa regista os seus rendimentos e gastos de acordo com o regime do acréscimo, pelo qual os rendimentos e ganhos são reconhecidos à medida que são gerados, independentemente do momento em que são recebidos ou pagos. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registados nas rubricas de “Devedores e credores por acréscimos e diferimentos”.



d) Classificação dos ativos e passivos não correntes

Os ativos realizáveis e os passivos exigíveis a mais de um ano a contar da data da demonstração da posição financeira são classificados, respetivamente, como ativos e passivos não correntes. Adicionalmente, pela sua natureza, os 'Impostos diferidos' e as 'Provisões' são classificados como ativos e passivos não correntes.

e) Passivos contingentes

Os passivos contingentes não são reconhecidos no balanço, sendo os mesmos divulgados no anexo, a não ser que a possibilidade de uma saída de fundos afetando benefícios económicos futuros seja remota.

f) Passivos financeiros

Os passivos financeiros são classificados de acordo com a substância contratual independentemente da forma legal que assumam.

g) Eventos subsequentes

Os eventos após a data do balanço que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam nessa data são refletidos nas demonstrações financeiras.

Caso existam eventos materialmente relevantes após a data do balanço, são divulgados no anexo às demonstrações financeiras.

h) Derrogação das disposições do SNC

Não existiram, no decorrer do exercício a que respeitam estas demonstrações financeiras, quaisquer casos excecionais que implicassem a derrogação de qualquer disposição prevista pelo SNC.

3. Principais políticas contabilísticas

As principais políticas de contabilidade aplicadas na elaboração das demonstrações financeiras são as que abaixo se descrevem. Estas políticas foram consistentemente aplicadas a todos os exercícios apresentados, salvo indicação em contrário.

3.1. Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações financeiras da Proruris – Empresa Municipal de Desenvolvimento Rural, EM são apresentadas em euros. O euro é a moeda funcional e de apresentação.

As transações em moeda estrangeira são transpostas para a moeda funcional utilizando as taxas de câmbio prevalecentes à data da transação.

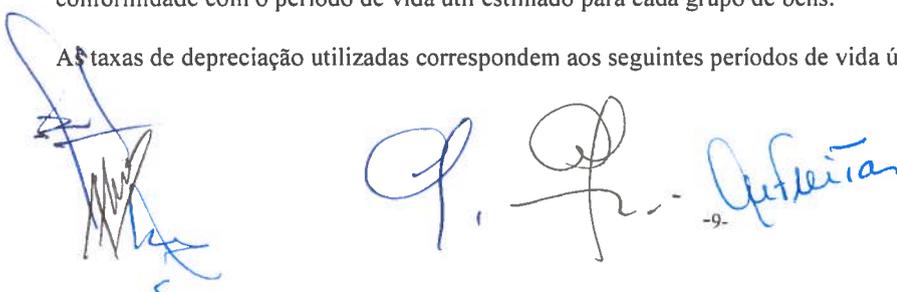
Os ganhos ou perdas cambiais resultantes dos pagamentos/recebimentos das transações bem como da conversão de taxa de câmbio à data de balanço dos ativos e passivos monetários, denominados em moeda estrangeira são, reconhecidos na demonstração dos resultados na rubrica "Gastos de financiamento", se relacionados com empréstimos ou em "Outros gastos ou perdas operacionais", para todos os outros saldos/transações.

3.2. Ativos fixos tangíveis

Os ativos fixos tangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das depreciações e das perdas por imparidade acumuladas.

As depreciações são calculadas, após o início de utilização dos bens, pelo método das quotas constantes em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos seguintes períodos de vida útil estimada:



Handwritten signatures and initials in blue ink at the bottom of the page.

	Anos de vida útil
Edifícios e outras construções	5 - 20
Equipamento básico	4 - 8
Equipamento de transporte	3 - 7
Ferramentas e utensílios	3 - 7
Equipamento administrativo	2 - 10
Outros activos fixos tangíveis	1 - 4

As despesas com reparação e manutenção destes ativos são consideradas como gasto no período em que ocorrem.

Os ativos fixos tangíveis em curso representam bens ainda em fase de construção/promoção, encontrando-se registados ao custo de aquisição deduzido de eventuais perdas por imparidade.

Estes bens são depreciados a partir do momento em que os ativos subjacentes estejam concluídos ou em estado de uso.

As mais ou menos valias resultantes da venda ou abate de ativos fixos tangíveis são determinadas pela diferença entre o preço de venda e o valor líquido contabilístico na data de alienação/abate, sendo registadas na demonstração dos resultados nas rubricas "Outros rendimentos operacionais" ou "Outros gastos operacionais", consoante se trate de mais ou menos valias.

3.3. Ativos intangíveis

Os ativos intangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das amortizações e das perdas por imparidade acumuladas. Estes ativos só são reconhecidos se for provável que deles advenham benefícios económicos futuros para a Empresa, sejam controláveis pela Empresa e se possa medir razoavelmente o seu valor.

As despesas de investigação incorridas com novos conhecimentos técnicos são reconhecidas na demonstração dos resultados quando incorridas.

As despesas de desenvolvimento são capitalizadas, quando a Empresa demonstre capacidade para completar o seu desenvolvimento e iniciar a sua comercialização ou uso e para as quais seja provável que o ativo criado venha a gerar benefícios económicos futuros. As despesas de desenvolvimento que não cumpram estes critérios são registadas como gasto do período em que são incorridas.

Os gastos internos associados à manutenção e ao desenvolvimento de software são registados na demonstração dos resultados quando incorridos, exceto na situação em que estes gastos estejam diretamente associados a projetos para os quais seja provável a geração de benefícios económicos futuros para a Empresa. Nestas situações estes gastos são capitalizados como ativos intangíveis.

As amortizações são calculadas, após o início de utilização, pelo método das quotas constantes em conformidade com o período de vida útil estimado, o qual corresponde genericamente a 3 anos, com exceção dos direitos de gestão de instalações, os quais são amortizados de acordo com os períodos de vigência dos contratos que os estabelecem.

Nos casos de marcas e patentes, sem vida útil definida, não são calculadas amortizações, sendo o seu valor objeto de testes de imparidade numa base anual.

3.4. Investimentos financeiros

Os investimentos financeiros em empresas associadas nas quais a Empresa tenha uma influência significativa ou onde exerce o controlo das mesmas através da participação nas decisões financeiras e operacionais - geralmente investimentos representando entre 20% a 50% do capital de uma empresa, são registados pelo método da equivalência patrimonial na rubrica 'Investimentos financeiros em equivalência patrimonial'.

De acordo com o método da equivalência patrimonial, as participações financeiras são registadas pelo seu custo de aquisição, ajustado pelo valor correspondente à participação da Empresa nos resultados líquidos das empresas associadas e participadas, por contrapartida de ganhos ou perdas do exercício e pelos dividendos recebidos, líquido de perdas de imparidade acumuladas.

[Handwritten signature and initials in blue ink]

[Handwritten signature in blue ink]

[Handwritten signature and initials in blue ink]

Qualquer excesso do custo de aquisição face ao valor dos capitais próprios na percentagem detida é considerado “Goodwil”, sendo adicionado ao valor do balanço do investimento financeiro e a sua recuperação analisada anualmente como parte integrante do investimento financeiro, e caso a diferença seja negativa (“Badwill”), após reconfirmação do processo de valorização e caso este se mantenha na demonstração dos resultados.

É efetuada uma avaliação dos investimentos financeiros em empresas associadas ou participadas quando existem indícios de que o ativo possa estar em imparidade, sendo registada uma perda na demonstração dos resultados sempre que tal se confirme.

Quando a proporção da Empresa nos prejuízos acumulados da empresa associada ou participadas excede o valor pelo qual o investimento se encontra registado, o investimento é reportado por valor nulo enquanto o capital próprio da empresa associada não for positivo, exceto quando a Empresa tenha assumido compromissos para com a empresa associada ou participada, registando nesses casos uma provisão na rubrica do passivo ‘Provisões’ para fazer face a essas obrigações.

Os ganhos não realizados em transações com empresas associadas são eliminados proporcionalmente ao interesse da Empresa nas mesmas por contrapartida do investimento nessas entidades. As perdas não realizadas são similarmente eliminadas, mas somente até ao ponto em que a perda não evidencie que o ativo transferido esteja em situação de imparidade.

3.5. Imposto sobre o rendimento

A Empresa encontra-se sujeita a Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC) à taxa de 21% sobre a matéria coletável. Ao valor de coleta de IRC assim apurado, acresce ainda a tributação autónoma sobre os encargos e às taxas previstas no artigo 88º do Código do IRC. No apuramento da matéria coletável, à qual é aplicada a referida taxa de imposto, são adicionados e subtraídos ao resultado contabilístico os montantes não aceites fiscalmente. Esta diferença, entre resultado contabilístico e fiscal, pode ser de natureza temporária ou permanente.

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro anos (dez anos para a Segurança Social, até 2000, inclusive, e cinco anos a partir de 2001), exceto quando tenham havido prejuízos fiscais, ou estejam em curso inspeções, reclamações ou impugnações, casos estes em que, dependendo das circunstâncias, os prazos são alargados ou suspensos. Assim, as declarações fiscais da Empresa dos anos de 2015 a 2018 ainda poderão estar sujeitas a revisão.

3.6. Cientes e outros valores a receber

As contas de “Clientes” e “Outros valores a receber” não têm implícitos juros e são registadas pelo seu valor nominal diminuído de eventuais perdas de imparidade, reconhecidas nas rubricas ‘Perdas de imparidade acumuladas’, por forma a que as mesmas reflitam o seu valor realizável líquido.

3.7. Caixa e equivalentes de caixa

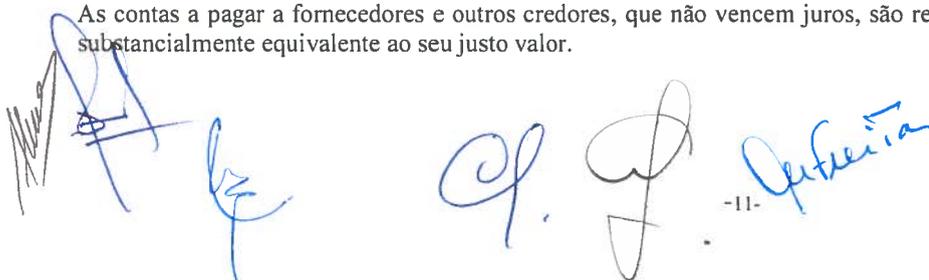
Esta rubrica inclui caixa, depósitos à ordem em bancos e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez com maturidades até três meses. Os descobertos bancários são incluídos na rubrica “Financiamentos obtidos”, expresso no “passivo corrente”.

3.8. Provisões

A Empresa analisa de forma periódica eventuais obrigações que resultam de eventos passados e que devam ser objeto de reconhecimento ou divulgação. A subjetividade inerente à determinação da probabilidade e montante de recursos internos necessários para o pagamento das obrigações poderá conduzir a ajustamentos significativos, quer por variação dos pressupostos utilizados, quer pelo futuro reconhecimento de provisões anteriormente divulgadas como passivos contingentes.

3.9. Fornecedores e outras dívidas a pagar

As contas a pagar a fornecedores e outros credores, que não vencem juros, são registadas pelo seu valor nominal, que é substancialmente equivalente ao seu justo valor.



-11-

3.10. Locações

Os contratos de locação são classificados ou como (i) locações financeiras se através deles forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse do ativo sob locação ou como (ii) locações operacionais se através deles não forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse do ativo sob locação.

A classificação das locações, em financeiras ou operacionais, é feita em função da substância económica e não da forma do contrato.

Os ativos tangíveis adquiridos mediante contratos de locação financeira, bem como as correspondentes responsabilidades, são contabilizados pelo método financeiro, reconhecendo o ativo fixo tangível, as depreciações acumuladas correspondentes, conforme definido nas políticas 2.2. e 2.3. acima, e as dívidas pendentes de liquidação, de acordo com o plano financeiro contratual. Adicionalmente, os juros incluídos no valor das rendas e as depreciações do ativo fixo tangível são reconhecidos como gasto na demonstração dos resultados do exercício a que respeitam.

Nas locações consideradas como operacionais, as rendas devidas são reconhecidas como gasto na demonstração dos resultados numa base linear durante o período do contrato de locação.

3.11. Rédito e regime do acréscimo

O rédito compreende o justo valor da contraprestação recebida ou a receber pela prestação de serviços decorrentes da atividade normal da Empresa. O rédito é reconhecido líquido do Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA), abatimentos e descontos.

A Empresa reconhece rédito quando este pode ser razoavelmente mensurável, seja provável que a Empresa obtenha benefícios económicos futuros, e os critérios específicos descritos a seguir se encontrem cumpridos. O montante do rédito não é considerado como razoavelmente mensurável até que todas as contingências relativas a uma venda estejam substancialmente resolvidas. A Empresa baseia as suas estimativas em resultados históricos, considerando o tipo de cliente, a natureza da transação e a especificidade de cada acordo.

Os rendimentos são reconhecidos na data da prestação dos serviços.

Os juros recebidos são reconhecidos atendendo ao regime do acréscimo, tendo em consideração o montante em dívida e a taxa efetiva durante o período até à maturidade.

3.12. Subsídios

Os subsídios do governo são reconhecidos ao seu justo valor, quando existe uma garantia suficiente de que o subsídio venha a ser recebido e de que a Empresa cumpre com todas as condições para o receber.

Os subsídios atribuídos a fundo perdido para o financiamento de projetos de investigação e desenvolvimento estão registados em balanço na rubrica "Rendimentos a reconhecer" e são reconhecidos na demonstração dos resultados de cada exercício, proporcionalmente às depreciações dos ativos subsidiados.

Os subsídios à exploração destinam-se à cobertura de gastos, incorridos e registados, com o desenvolvimento de ações de formação profissional, sendo os mesmos reconhecidos em resultados à medida que os gastos são incorridos, independentemente do momento de recebimento do subsídio.

4. Ativos fixos tangíveis

O movimento ocorrido nos ativos fixos tangíveis e respectivas depreciações, nos exercícios de 2018 e de 2017 foi o seguinte:

	31 de Dezembro de 2018					Saldo em 31-Dez-18
	Saldo em 01-Jan-18	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações	
Custo:						
Edifícios e outras construções	5 433,45	-	-	-	-	5 433,45
Equipamento básico	447,96	2 469,90	-	-	-	2 917,86
Equipamento de transporte	9 960,95	-	-	-	-	9 960,95
Equipamento administrativo	41 791,31	2 206,10	-	-	-	43 997,41
Outros activos fixos tangíveis	3 716,24	-	-	-	-	3 716,24
	<u>61 349,91</u>	<u>4 676,00</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>66 025,91</u>
Depreciações acumuladas						
Edifícios e outras construções	699,28	176,94	-	-	-	876,22
Equipamento básico	112,00	549,98	-	-	-	661,98
Equipamento de transporte	7 567,49	1 245,12	-	-	-	8 812,61
Equipamento administrativo	25 353,26	3 403,92	-	-	-	28 757,18
Outros activos fixos tangíveis	1 836,27	446,97	-	-	-	2 283,24
	<u>35 568,30</u>	<u>5 822,93</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>41 391,23</u>

	31 de Dezembro de 2017					Saldo em 31-Dez-17
	Saldo em 01-Jan-17	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações	
Custo:						
Edifícios e outras construções	5 433,45	-	-	-	-	5 433,45
Equipamento básico	447,96	-	-	-	-	447,96
Equipamento de transporte	9 960,95	-	-	-	-	9 960,95
Equipamento administrativo	40 986,43	804,88	-	-	-	41 791,31
Outros activos fixos tangíveis	3 716,24	-	-	-	-	3 716,24
	<u>60 545,03</u>	<u>804,88</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>61 349,91</u>
Depreciações acumuladas						
Edifícios e outras construções	522,34	176,94	-	-	-	699,28
Equipamento básico	56,00	56,00	-	-	-	112,00
Equipamento de transporte	6 322,37	1 245,12	-	-	-	7 567,49
Equipamento administrativo	22 088,16	3 265,10	-	-	-	25 353,26
Outros activos fixos tangíveis	1 389,30	446,97	-	-	-	1 836,27
	<u>30 378,17</u>	<u>5 190,13</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>35 568,30</u>

5. Ativos intangíveis

Durante os períodos findos em 31 de dezembro de 2018 e de 2017, o movimento ocorrido nos ativos intangíveis, foi o seguinte:

	31 de Dezembro de 2018					Saldo em 31-Dez-18
	Saldo em 01-Jan-18	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Perdas por imparidade	
Custo						
Software	990,00	-	-	-	-	990,00
	<u>990,00</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>990,00</u>
Depreciações Acumuladas						
Software	859,97	130,03	-	-	-	990,00
	<u>859,97</u>	<u>130,03</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>990,00</u>
Custo						
Software	990,00	-	-	-	-	990,00
	<u>990,00</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>990,00</u>
Depreciações Acumuladas						
Software	686,65	173,32	-	-	-	859,97
	<u>686,65</u>	<u>173,32</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>859,97</u>

6. Participações financeiras – outros métodos

A Proruris é associada do Centro Nacional de Competências de Frutos Secos – Associação CNCFS. Esta rubrica inclui também o valor de participação no Fundo de Compensação do Trabalho.

7. Clientes

Em 31 de Dezembro de 2018 e de 2017 a rubrica “Clientes” tinha a seguinte composição:

	31-Dez-18		31-Dez-17	
	Não corrente	Corrente	Não corrente	Corrente
Clientes				
Clientes conta corrente	- €	22 280,84 €	- €	32 620,65 €
	- €	22 280,84 €	- €	32 620,65 €
Perdas por imparidade acumuladas	- €	- €	- €	- €
	- €	22 280,84 €	- €	32 620,65 €

8. Estado e outros entes públicos

Em 31 de Dezembro de 2018 e de 2017 a rubrica “Estado e outros entes públicos” no ativo e no passivo, apresentava os seguintes saldos:

	31-Dez-18	31-Dez-17
Activo		
Imposto sobre o rend. das pessoas colectivas (IRC)	787,23	1 844,73
	787,23	1 844,73
Passivo		
Imposto sobre o valor acrescentado (IVA)	6 512,26	6 650,16
Imposto sobre o rend. das pessoas singulares (IRS)	2 626,50	2 678,50
Segurança Social	8 571,55	8 019,36
Outros impostos e taxas	51,45	27,98
	17 761,76	17 376,00

9. Outros Créditos a Receber

Em 31 de Dezembro de 2018 e de 2017, a rubrica “Outros créditos a receber” tinha a seguinte composição:

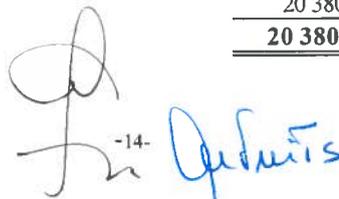
	31-Dez-18		31-Dez-17	
	Não corrente	Corrente	Não corrente	Corrente
Pessoal	-	-	-	-
Outros	-	117 653,09	-	92 345,61
	-	117 653,09	-	92 345,61
Perdas por imparidade acumuladas	-	-	-	-
	-	117 653,09	-	92 345,61

10. Diferimentos

Em 31 de Dezembro de 2018 e de 2017 os saldos da rubrica “Diferimentos” do ativo e passivo foram como segue:

	31-Dez-18	31-Dez-17
Diferimentos (Activo)		
Seguros pagos antecipadamente	7 426,78 €	4 273,93 €
	7 426,78 €	4 273,93 €
Diferimentos (Passivo)		
Rendimentos a reconhecer	20 380,24 €	- €
	20 380,24 €	- €





11. Caixa e depósitos bancários

Em 31 de dezembro de 2018 e de 2017, os saldos desta rubrica apresentavam-se como segue:

	31-Dez-18	31-Dez-17
Caixa	560,63	237,58
Depósitos à ordem	19 731,51	24 660,91
	20 292,14	24 898,49

12. Capital subscrito

Em 31 de dezembro de 2018 o capital da Empresa, estava totalmente subscrito e realizado.

Identificação de pessoas coletivas com mais de 20% do capital

As pessoas coletivas com mais de 20% do capital, subscrito e realizado, em 31 de dezembro de 2018, eram as seguintes:

	% Capital	Valor
Município de Vinhais	100%	50.000

13. Reserva legal e outras reservas

A legislação comercial estabelece que pelo menos 5% do resultado líquido anual tem de ser destinado ao reforço da reserva legal até que esta represente pelo menos 20% do capital. Esta reserva não é distribuível a não ser em caso de liquidação da Empresa, mas pode ser utilizada para absorver prejuízos depois de esgotadas as outras reservas, ou incorporadas no capital. A entidade constituiu também outras reservas no valor de € 27.290,09. As outras reservas podem ser distribuídas aos sócios desde que resulte de uma decisão da assembleia geral.

14. Resultados transitados

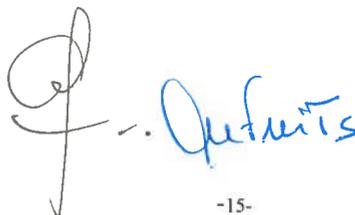
Por decisão da Assembleia Geral, foram aprovadas as contas do exercício findo em 31 de dezembro de 2017 e foi decidido que o resultado líquido referente a esse exercício fosse integralmente transferido para a rubrica Resultados transitados.

15. Outras variações no capital próprio

Em 31 de dezembro de 2018 e de 2017 os saldos desta rubrica apresentavam-se como segue:

	31-Dez-18	31-Dez-17
Diferenças de conversão das demonstrações financeiras	(6 876,80)	(6 876,80)
	(6 876,80)	(6 876,80)





16. Outras dívidas a pagar

Em 31 de Dezembro de 2018 e de 2017 a rubrica “Outras dívidas a pagar” não corrente e corrente tinha a seguinte composição:

	31-Dez-18		31-Dez-17	
	Não corrente	Corrente	Não corrente	Corrente
Remunerações a Liquidar (Acréscimo de Ga:	-	46 902,00	-	46 409,28
Remunerações a Liquidar	-	102,18	-	-
Outras Contas a pagar	-	10,72	-	-
	-	47 014,90	-	46 409,28

17. Fornecedores

Em 31 de Dezembro de 2018 e de 2017 a rubrica “Fornecedores” tinha a seguinte composição:

	31-Dez-18	31-Dez-17
Fornecedores conta corrente	12 841,09	20 162,64
	12 841,09	20 162,64

18. Vendas e prestações de serviços

As vendas e prestações de serviços nos períodos de 2018 e de 2017 foram como segue:

	31-Dez-18			31-Dez-17		
	Mercado Interno	Mercado Externo	Total	Mercado Interno	Mercado Externo	Total
Vendas de mercadorias	-	-	-	-	-	-
Prestação de serviços	379 442	-	379 442	392 520	-	392 520
	379 442	-	379 442	392 520	-	392 520

De seguida apresentamos os réditos pelos vários centros de custo

	2 018	2 017
	Valor Reconhecido	Valor Reconhecido
Prestação de Serviços		
- Inseminação Artificial	12 367,93 €	16 509,41 €
- HACCP/Pest Control	6 438,33 €	5 944,51 €
- Piquete Veterinário	479,25 €	11 244,37 €
- Snira	4,00 €	
- Eventos Pecuários + Corrida de touros	6 637,17 €	12 946,90 €
- Consultoria		23 640,33 €
- Serviços Ifap	3 727,91 €	4 453,07 €
- Geral	75 970,40 €	74 375,89 €
- Parque Biológico	209 137,29 €	178 725,94 €
- Espaços Verdes	64 680,00 €	64 680,00 €
	379 442,28 €	392 520,42 €

19. Subsídios à exploração

Nos períodos de 2018 e de 2017 a Empresa reconheceu rendimentos decorrentes dos seguintes subsídios:

	<u>31-Dez-18</u>	<u>31-Dez-17</u>
Contrato Programa Municipio de Vinhais	270 000	270 000
	<u>270 000</u>	<u>270 000</u>

20. Fornecimentos e serviços externos

A repartição dos fornecimentos e serviços externos nos períodos findos em 31 de dezembro de 2018 e de 2017, foi a seguinte:

	<u>31-Dez-18</u>	<u>31-Dez-17</u>
Subcontratos	571,66 €	2 158,31 €
Serviços especializados	49 627,81 €	80 612,54 €
Materiais	11 119,54 €	14 802,96 €
Energia e fluidos	18 764,10 €	28 860,52 €
Deslocações, estadas e transportes	3 094,27 €	3 228,00 €
Serviços diversos (*)	116 422,96 €	133 124,76 €
donde eventos realizados (Corrida, Concursos)	3 208,00 €	42 058,67 €
donde Parque Biológico (Bar, Alimen. Animais, Outros)	71 670,40 €	41 572,44 €
donde Limpeza, higiene e conforto	9 440,01 €	10 743,75 €
donde Comunicações	5 234,65 €	4 229,24 €
donde Despesas de representação	951,70 €	1 802,89 €
donde Piquete Veterinário	1 962,00 €	10 037,00 €
donde Seguros	5 160,37 €	5 602,92 €
donde Alugueres (Renting Viaturas, Arquivandus)	16 088,36 €	13 522,17 €
donde serviços diversos	2 707,47 €	3 555,68 €
	<u>199 600,34 €</u>	<u>262 787,09 €</u>

21. Gastos com o pessoal

A repartição dos gastos com o pessoal nos períodos findos em 31 de dezembro de 2018 e de 2017, foi a seguinte:

	<u>31-Dez-18</u>	<u>31-Dez-17</u>
Remunerações dos órgãos sociais	43 383,89 €	42 905,47 €
Remunerações do pessoal	320 440,80 €	277 713,54 €
Encargos sobre remunerações	80 274,16 €	71 041,70 €
Seguros	3 042,32 €	2 298,49 €
Outros gastos com pessoal	2 024,09 €	2 518,21 €
	<u>449 165,26 €</u>	<u>396 477,41 €</u>

O número de colaboradores da Empresa nos exercícios de 2018 e 2017 foi de 26 e 25 respetivamente. Existe um colaborador que se encontra que solicitou licença sem vencimento.



22. Outros rendimentos e ganhos

Os outros rendimentos e ganhos, nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e de 2017, foram como segue:

	31-Dez-18	31-Dez-17
Descontos de pronto pagamento obtidos	0,41 €	8,67 €
Outros rendimentos e ganhos	11 299,62 €	6 534,03 €
	11 300,03 €	6 542,70 €

23. Outros gastos e perdas

Os outros gastos e perdas, nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e de 2017, foram como segue:

	31-Dez-18	31-Dez-17
Impostos	1 639,00 €	308,62 €
Outros gastos e perdas	1 052,43 €	1 781,35 €
	2 691,43 €	2 089,97 €

24. Gastos/reversões de depreciação e de amortização

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e de 2017, os gastos com depreciações e amortizações apresentavam-se como segue:

	31-Dez-18			31-Dez-17		
	Gastos	Reversões	Total	Gastos	Reversões	Total
Em activos fixos tangíveis	5 822,93 €	- €	5 822,93 €	5 190,13 €	- €	5 190,13 €
Em activos intangíveis	130,03 €	- €	130,03 €	173,32 €	- €	173,32 €
	5 952,96 €	- €	5 952,96 €	5 363,45 €	- €	5 363,45 €

25. Resultados financeiros

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e de 2017, os gastos financeiros apresentavam-se como segue:

	31-Dez-18	31-Dez-17
Juros e gastos similares suportados		
Juros suportados	36,07	-
	36,07	-




26. Compromissos

Em 31 de Dezembro de 2018, a Empresa não dispunha de bens em regime de locação operacional.

27. Eventos subsequentes

Com a publicação da declaração de retificação 6/2019 do dia 1 de março e consequente retificação do Art.º 98 da Lei 71/2018 de 31 de dezembro irão ser tomadas as medidas necessárias para implementação do SNC AP.

Após o encerramento do exercício, e até à elaboração do presente relatório, não se registaram outros factos suscetíveis de modificar a situação relevada nas contas, para efeitos do disposto na alínea b) do n.º 5 do Artigo 66º do Código das Sociedades Comerciais.

28. Informações exigidas por diplomas legais

A Administração informa que a Empresa não apresenta dívidas ao Estado em situação de mora, nos termos do Decreto-Lei 534/80, de 7 de novembro.

Dando cumprimento ao estipulado no Decreto nº 411/91, de 17 de outubro, a Administração informa que a situação da Empresa perante a Segurança Social se encontra regularizada, dentro dos prazos legalmente estipulados.

Para efeitos da alínea d) do n.º 5 do Artigo 66º do Código das Sociedades Comerciais, durante o exercício de 2018, a Empresa não efetuou transações com ações próprias, sendo nulo o n.º de ações próprias detidas em 31 de dezembro de 2018.

Não foram concedidas quaisquer autorizações nos termos do Artigo 397º do Código das Sociedades Comerciais, pelo que nada há a indicar para efeitos do n.º 2, alínea e) do Artigo 66º do Código das Sociedades Comerciais.

O Revisor Oficial de contas, ao longo de 2018 auferiu 2.400€ de honorários.

O contabilista certificado

Victor Manuel Pereira
CC 85554

O conselho de administração

Maíra do Rosário Miranda Canas
Presidente

G. Queiroz

Maria
A
P
X
M
F